



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150550 - SC (2021/0224875-5)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : LUIZ GUSTAVO ALMEIDA DE SOUZA (PRESO)
ADVOGADA : NATHÁLIA POETA DOS SANTOS - SC040441
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por LUIZ GUSTAVO ALMEIDA DE SOUZA contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (*Habeas Corpus* Criminal n. 5024291-04.2021.8.24.0000/SC).

O recorrente foi preso em flagrante delito, sendo a prisão convertida em preventiva, por suposta infração ao disposto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

Sustenta que não estão presentes os requisitos do art. 312 do CPP e que é incorreto aplicar medida cautelar tão somente baseando-se na gravidade do delito, sem analisar o caso concreto. Aduz que apresenta residência fixa, labor, não integra organização criminosa e, desta forma, não se furtará à lei penal.

Requer, liminarmente, a revogação da prisão preventiva com a sua substituição por outra medida cautelar, sendo subsidiário o pedido de concessão de monitoramento eletrônico por meio de tornozeleira. No mérito, requer o provimento do recurso, confirmando-se a liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente